

Proteção social na África Oriental

Alexander Pick, Centro de Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), projeto Sistemas Europeus de Proteção Social

O projeto Sistemas Europeus de Proteção Social (*European Union Social Protection Systems – EU-SPS*) recentemente publicou um Relatório sobre o futuro da proteção social em seis países da África Oriental: Etiópia, Quênia, Moçambique, Tanzânia, Uganda e Zâmbia (OCDE, 2017).¹ O Relatório analisa importantes tendências demográficas, econômicas, sociais e ambientais que podem afetar a demanda para proteção social de agora até 2065, alinhada à Agenda 2063 da União Africana – sua visão para o futuro do continente, em que a proteção social terá papel fundamental.

O Relatório explora as maneiras pelas quais a proteção social pode influenciar positivamente algumas dessas tendências e potencializá-las de modo a garantir que tais países continuem a progredir.

O desafio demográfico com o qual se depara a África Subsaariana se demonstra sempre presente no Relatório. Nos próximos 50 anos, as Projeções de População das Nações Unidas revelam que as populações dos seis países triplicarão na média, crescendo mais rapidamente em Uganda e mais lentamente na Etiópia. Dadas as evidências de que as quedas nas taxas de fertilidade estão se estabilizando nos países estudados, o crescimento populacional pode ser ainda mais significativo. Apesar da rápida urbanização desses países, em alguns deles as populações rurais continuarão a crescer e permanecerão maiores que as populações urbanas até 2050. Esse crescimento implicará grande pressão na provisão de serviços públicos e na infraestrutura, e há o risco de a oferta de trabalho ser muito maior que a demanda, especialmente entre os mais jovens.

No entanto, por um lado mais positivo, a razão de dependência nos seis países está caindo, o que significa que o número de produtores na economia está aumentando em relação ao de consumidores. O Relatório mostra como essa mudança favorável à estrutura etária da população sustentará um crescimento robusto no produto interno bruto (PIB) durante um futuro próximo. Esse efeito, conhecido como “bônus demográfico”, foi uma parte importante do “milagre do crescimento” do Leste Asiático. Entretanto, para que esse fato ocorra, a população em idade ativa precisa estar empregada produtivamente e as taxas de fertilidade precisam continuar a cair – quanto mais, melhor.

A estrutura das seis economias tem mudado lentamente desde o começo do século. Se mudanças estruturais não se acelerarem, os níveis produtivos continuarão baixos relativamente a outras partes do mundo. Se as tendências atuais se mantiverem, a estrutura do trabalho também mudará lentamente. Novos participantes na força de trabalho (uma média combinada de 7 milhões por ano nos seis países, durante os próximos 50 anos) terão dificuldades em achar empregos assalariados nos setores produtivos ou na área de serviços. A maioria da força de trabalho continuará concentrado em negócios familiares ou na agricultura. Portanto, permanecerão vulneráveis, com aqueles em áreas rurais especialmente expostos aos impactos de mudanças climáticas.

O relatório também demonstra como o crescimento populacional e a desigualdade contribuem para retardar a diminuição da pobreza nos seis países, mesmo em contextos de crescimento razoável de PIB. Um alto crescimento populacional dilui os ganhos de renda per capita, enquanto a alta desigualdade impede que os benefícios do crescimento econômico alcancem aqueles na base da distribuição de renda. As perspectivas para redução da pobreza são melhores na Etiópia, que tem a menor taxa de fertilidade e a menor desigualdade entre os países estudados; Zâmbia é o país em que esses indicadores são os piores. A taxa de pobreza extrema não cairá abaixo de 10 por cento em 2030 em nenhum dos países, considerando os níveis de progresso atuais. Em termos absolutos, o desempenho é ainda pior: o número de pessoas em situação de pobreza extrema nos seis países cairá pouco nos próximos 50 anos.



O Relatório apresenta essas tendências em sete grandes desafios para a proteção social:

- Acelerar a queda da pobreza extrema, aumentando a cobertura da assistência social no estrato econômico mais baixo.
- Promover a segurança social em um contexto de alta informalidade para garantir quedas duradouras na pobreza.
- Aliviar a pressão nos mercados de trabalho devido ao rápido crescimento da população em idade ativa, por meio de programas de trabalhos públicos.
- Adaptar programas de assistência social para cenários urbanos, em um contexto de urbanização rápida e frequentemente caótica.
- Integrar a proteção social em estratégias de adaptação a mudanças climáticas, dando prioridade a programas *ex ante* de desenvolvimento que consolidem a resiliência, em relação à ajuda humanitária *ex post* em áreas vulneráveis.
- Garantir um dividendo demográfico, alavancando a capacidade da proteção social para empoderar as mulheres e aumentar o capital humano, como meio de reduzir taxas de fertilidade e aumentar a produtividade.
- Alcançar um salto qualitativo sustentável no financiamento à proteção social, necessário para o setor poder enfrentar esses desafios de maneira a não piorar a pobreza ou a desigualdade.

Políticas que respondam a esses grandes desafios exigem que muitos estímulos estejam implementados nos seis países, incluindo o estabelecimento de sistemas de proteção social que tenham coerência interna e que consigam se conciliar com os programas de desenvolvimento mais amplos dos países. Estratégias de desenvolvimento de capacidades também são necessárias para melhorar o *design*, a entrega e o monitoramento de programas de proteção social, tanto no âmbito individual quanto no institucional. A colaboração entre parceiros sociais, desde o governo e a mão de obra até as empresas e a sociedade civil, para desenhar programas de proteção social é fundamental para angariar apoio popular para as reformas necessárias. Finalmente, há uma necessidade de mais e melhores dados para se entender as necessidades da população e o impacto de diferentes intervenções, bem como melhorar a sua administração.

Referência:

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OCDE). *Social Protection in East Africa: Harnessing the Future*. Paris: OECD Publishing, 2017. <<http://dx.doi.org/10.1787/9789264274228-en>>. Acesso em: 31 jul. 2017.

Nota:

1. Veja um webinar apresentando o relatório da OCDE (2017) em: <<http://socialprotection.org/discover/publications/webinar-presentation-social-protection-east-africa-harnessing-future>>.